

Estado quer recursos de empresas para ferrovia

4120839

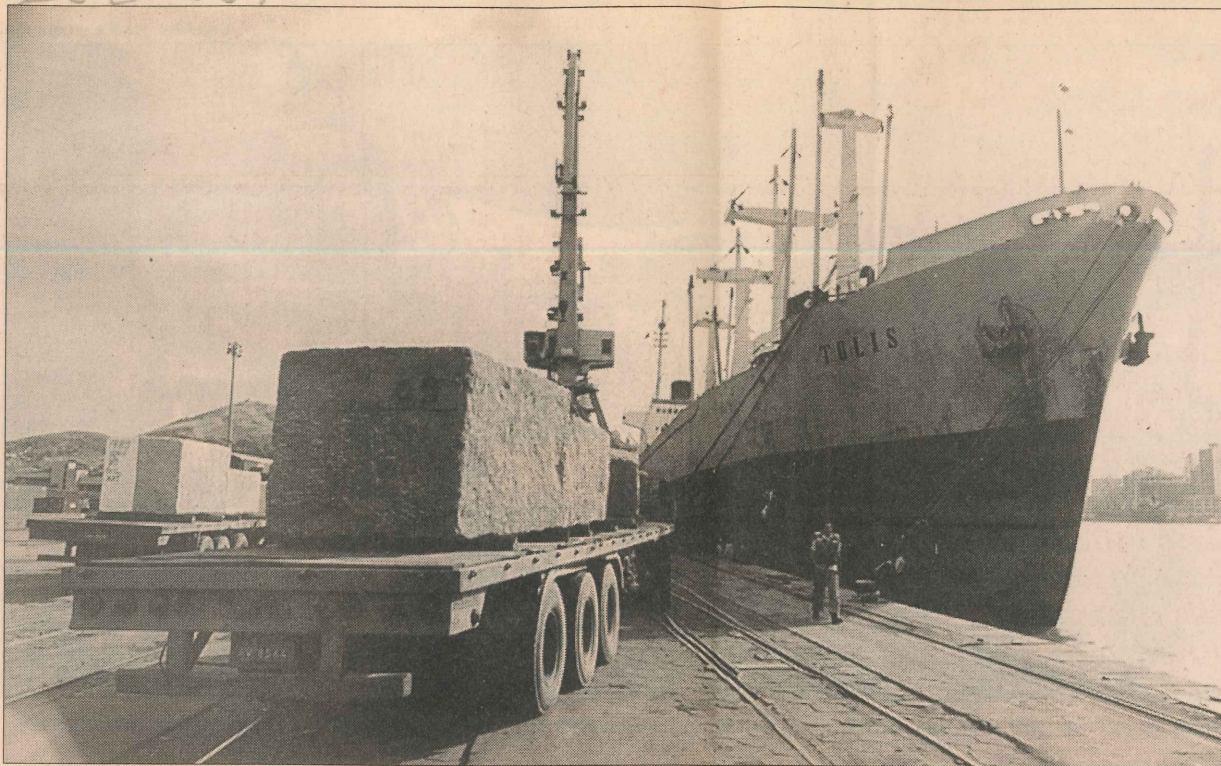
O Governo do Estado está recrutando interessados entre a iniciativa privada capixaba para viabilizar um dos três projetos que considera estratégicos para o desenvolvimento da economia regional: a Ferrovia Litorânea Sul, que visa a fazer dos portos locais o principal escoadouro das cargas geradas ou endereçadas a São Paulo — os outros dois projetos estratégicos são o Porto de Barra do Riacho e o gasoduto Campos-Vitória. “Queremos que os empresários locais garantam pelo menos um terço dos recursos necessários para a ferrovia”, revelou o coordenador regional do projeto, o secretário executivo do Conselho de Reforma do Estado, Antônio Carlos Medeiros.

A consolidação destes três projetos, em especial o da ferrovia, conforme Medeiros, reforçará, a médio prazo, a logística de transportes, permitindo a atração de novos investimentos para o Estado. “A consolidação de Barra do Riacho dará novo suporte ao Corredor Centroleste, o gás de Campos equacionará o déficit de energia e com a ferrovia ligaremos nosso complexo portuário a São Paulo. O Espírito Santo terá como desenvolver sua economia, principalmente se nos transformarmos no suporte portuário da indústria paulista”, destacou.

Parceria

A Ferrovia Litorânea Sul ligará Vitória a Campos, no Rio de Janeiro, e de lá se interliga à ex-Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), estendendo-se ao Rio de Janeiro e a São Paulo. A via terá traçado paralelo à BR 101 Sul, e atenderá dentro do território capixaba o pólo marmoreiro de Cachoeiro de Itapemirim e a Samarco. O ponto final em Vitória será o Porto de Tubarão.

O custo preliminar da ferrovia, segundo o secretário executivo, está orçado em R\$ 180 milhões. Ele acredita, porém, que a obra pode ser viabilizada por R\$ 130 milhões, cabendo portanto uma participação da iniciativa privada equivalente a cerca de R\$ 40 milhões.



A nova via férrea ligará os portos capixabas a São Paulo e atenderá, dentro do Estado, o pólo de mármore e granito

O restante do dinheiro seria originário do Governo federal de empréstimos externos. A meta é angariar em Brasília pelo menos um valor igual à cota privada: R\$ 40 milhões. Os empréstimos externos, lastreados pelos Tesouros Estadual e Federal bancariam os restantes R\$ 50 milhões.

Medeiros assegurou que o projeto é viável e que não há risco de a ferrovia se tornar obsoleta por falta de cargas. Ele disse que existe um grande fluxo de cargas entre o Estado e São Paulo, que atualmente, por falta de alternativa, são escoadas por rodovia. “Somente a Viação Águia Branca remete um caminhão para São Paulo a cada hora. Haverá demanda para a ferrovia”, afirmou. Ele acredita que, em um prazo maior, poderia ser discutido uma segunda etapa do projeto, a extensão da via até o Norte do Estado, atingindo a

Bahia Sul num extremo e o porto de Barra do Riacho no meio caminho.

Para assegurar os recursos federais, o Governo do Estado está articulado com os senadores José Ignácio, Gerson Camata e Elcio Álvares, na tentativa de que o projeto seja incluído no Plano de Metas do Governo federal. Nesta lista, que engloba os 42 investimentos considerados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e equipe como prioritários para o país, na área de infra-estrutura, o Estado quer incluir ainda o gasoduto Campos-Vitória e expansão de Barra do Riacho. “Mesmo que estes três projetos regionais não entrem no Plano de Metas, esperamos contar com o apoio do Governo federal”.

O secretário executivo revelou que o pleito foi encaminhado a FHC, quando concedeu audiência ao governador Vitor Buaziz, há cerca de 30

dias, e que os projetos estão sendo avaliados pelo ministro do Planejamento Antônio Kandir. “O mais importante agora é a articulação com os empresários capixabas, para que se monte o projeto da ferrovia e tenhamos a garantia de recursos privados regionais”. Medeiros disse que já houve contato preliminar com grupos locais e que no momento a Secretaria de Transportes e Obras Públicas prepara um pré-projeto, para então retomar as negociações.

A partir da adesão dos empresários locais, Medeiros entende que será mais fácil negociar com o Governo federal, em especial com o ministro Kandir. Os senadores capixabas, segundo disse, estão empenhados na viabilização da ferrovia e terão papel importante, no sentido do Estado obter recursos da União para complementar o capital necessário à execução do projeto.

Fundo reduzirá custo com financiamentos

Brasília — O capital de giro para as empresas vai ficar mais barato. Na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), marcada para quinta-feira, entrará em pauta a criação dos fundos de recebíveis, há meses anunciado, mas mantido até agora na gaveta. Por trás desse nome pouco sugestivo esconde-se um instrumento que, na expectativa do Governo federal, poderá reduzir pela metade as taxas de juros para capital de giro de pequenas e médias empresas. Comparados às taxas de desconto de duplicata, hoje por volta de 4% ao mês, os juros podem baixar para perto de 2%, estima Francisco Marcelo, secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Recebíveis são títulos que representam um direito de crédito — como duplicatas, notas promissórias e letras de câmbio — que se originou de uma venda a prazo de bens e serviços ou de operações imobiliárias. Quando uma empresa vende um bem ou serviço, recebe do comprador duplicatas para descontar em um determinado prazo. Se quer antecipar esses recursos vai a um banco e leva, em troca das duplicatas, o dinheiro menos os juros salgados cobrados no desconto do papel. Mas o fundo será uma interessante alternativa para a empresa buscar esses recursos pagando menos juros.

Duplicatas

O fundo captará recursos no mercado e comprará essas duplicatas, ou recebíveis, para comprar sua carteira, cobrando um juro menor, pois não há tributação de IOF sobre a operação. Quanto menor o grau de risco de inadimplência da empresa que emitiu o papel, menores serão os juros cobrados para descontá-lo.

O grande pulo do gato desse fundo, diz Francisco Marcelo, é que ele vai inverter o poder de barganha entre fornecedores e a grande empresa. “De pedinte de crédito nos bancos, uma pequena

ou média empresa passa a ter seus direitos de crédito disputados pelos bancos, se o seu comprador for uma empresa forte.”

Até agora, só grandes empresas tinham acesso a esse mercado mais organizado de antecipação de receita de recebíveis a custos menores. Em complicadas e caras estratégias, essas empresas vinham fazendo securitização de recebíveis. Para isso tinham que montar uma companhia de propósitos específicos, que captava recursos no mercado com a emissão de debêntures, com a devida aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os recebíveis serviam de lastro para as debêntures. Os fundos dispensam a criação dessa companhia e a emissão de debêntures.

Esses fundos serão administrados por instituições financeiras e terão prazo mínimo de resgate para os investidores de 180 dias. Esse prazo mínimo de resgate deverá funcionar como um indutor, na outra ponta, do aumento do prazo do capital de giro. Não será fixado limite para títulos públicos na composição da carteira. O administrador terá que informar ao cotista a composição do fundo, dizer de quais setores está comprando direitos de crédito, mas não precisa abrir o nome das empresas. Não deverá haver tampouco um limite para índice de cobertura — isto é, quando o fundo compra R\$ 100 de recebíveis, ele lançará cotas do fundo para R\$ 70 ou R\$ 90, dependendo do risco de inadimplência do papel. Quanto maior o risco, maior será a garantia que ele deixará na carteira.

Segundo Francisco Marcelo, uma outra vantagem é que as duplicatas frias tenderão a desaparecer, assim como o crédito para empresas caloteiras. Como todas essas operações de compra de recebíveis serão registradas na Central de Custódia e Liquidação (Cetip) do Banco Central, empresa que não pagar seu pagamento entrará na lista negra e não terá mais crédito nesse mercado.

Mercado diverge sobre futuro da economia

São Paulo — Analistas econômicos, empresários e executivos financeiros estão divididos sobre o futuro da economia nas próximas semanas. Para uns, a economia já dá sinais de esgotamento da capacidade do consumidor se endividar no curto prazo e o consumo do Na-

tal não deve ser tão forte como alguns esperam. Para outros, os sinais ainda são muito positivos e a economia caminha para aquecimento da atividade no último trimestre.

A preocupação com o movimento deste final de ano se justifica: dele depende a adoção ou não de medidas de restrição ao crescimento econômico por parte do Governo no início de 1997. Se as vendas forem muito boas e zerarem o estoque das lojas, haverá compras de reposição de mercadorias no

início de 1997, o que pode manter a economia aquecida além da expectativa do Governo. Vendas mais fracas significam compras menores em janeiro e fevereiro, imprimindo um ritmo mais lento. Nesta hipótese, haveria um freio espontâneo na economia.

No quadro econômico ainda incerto, a inadimplência do consumidor é o indicador que será analisado com mais cautela nos próximos dias. Duas séries distintas mostram crescimento do atraso de pagamento das dívidas dos consu-

midores desde outubro. O registro de novos inadimplentes no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) aumentou 18% em outubro sobre setembro e nos primeiros quinze dias de novembro voltou a subir 6% sobre o mesmo período de outubro, informa Emílio Alfieri, economista da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Em relação aos níveis alarmantes do ano passado, a inadimplência está menor. A preocupação é que a curva descendente se reverta.